



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 97ª  
(NONAGÉSIMA SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Damos as boas-vindas a todos os visitantes, aos amigos da galeria, em especial aos servidores públicos que estão acompanhando o projeto que foi assinado, no dia de hoje, pelo Sr. Governador.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, eu gostaria de quebrar um pouquinho o protocolo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Pois não, Deputado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde às pessoas da galeria, que está composta por servidores do Governo do Distrito Federal, mais especificamente pelo pessoal do Carreirão, que até ontem ou até hoje cedo não era apadrinhado por ninguém. Eu venho concitando a Casa a apadrinhá-lo. Em boa hora – justiça no projeto vamos discutir depois –, o Governador resolveu mexer na remuneração desses servidores, que não deveriam ter ficado tanto tempo sem reajuste. Ninguém deve ficar sem reajuste.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Então, eu quero cumprimentar todos e dizer que é preciso mobilização, sim. Muitas categorias vieram aqui e se mobilizaram sem projeto em tramitação. E aí vai um conselho ao pessoal do Carreirão: não deixem de se mobilizar, gente. Ainda que não houvesse projeto aqui, deveriam vir a esta Casa sempre, porque só vence aquele que quer. O pessoal do Carreirão, que tem seus 15 mil servidores, representa uma fatia muito grande no Governo do Distrito Federal e o seu trabalho é muito importante.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Dá-se início aos  
Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.  
(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº199 - Suplemento, de 04/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 97ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 96ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que inclua na pauta de hoje o projeto de lei do Carreirão.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, parablenizo toda e qualquer iniciativa que venha no sentido de valorizar os servidores públicos do Distrito Federal, em especial os servidores do chamado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Carreirão. Nós sabemos da desigualdade de tratamento que esses servidores receberam e recebem em relação a outras categorias, mas eu quero sugerir, Sr. Presidente, a V.Exa., ao Deputado Milton Barbosa – nós fazemos parte da Comissão de Assuntos Sociais, Deputado Wilson Lima e Deputada Eurides Brito –, que nós fizéssemos uma comissão geral, porque diversos servidores do Carreirão e também os sindicatos querem conhecer com mais profundidade o projeto de uma maneira geral, e quem sabe possamos aprimorar uma ou outra questão.

Então, quero propor a esta Casa uma comissão geral na próxima semana, para a qual chamaremos todos os servidores e os sindicatos para que tenham conhecimento da proposta, sem prejuízo da urgência desta matéria, que é uma matéria importante e precisa ser votada. Já temos acordo para o mérito.

Como eu disse, quero parabenizar e elogiar qualquer iniciativa que venha neste sentido, mas é fundamental que aproveemos este projeto aqui de maneira democrática, com debate e opiniões dos servidores a esta Casa e a nós Parlamentares. Por isso, proponho o encaminhamento, até como presidente da Comissão de Assuntos Sociais, uma das comissões de mérito dessa matéria.

Eu coloco essa questão a V.Exa. e aos demais Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Paulo Tadeu, esta Presidência não faz nenhum óbice e, naturalmente, vamos consultar o Colégio de Líderes para podermos deliberar definitivamente sobre o assunto. Mas vejo que é pertinente marcarmos a comissão geral.

Estamos reservando, eventualmente, as quintas-feiras para realizarmos as comissões gerais. Na próxima quinta-feira – já foi adiada, pois seria nessa semana – temos marcada uma comissão geral de autoria da Deputada Erika Kokay. Caso a Deputada esteja de acordo em adiarmos mais uma semana, nós faríamos essa comissão geral, não há nenhum problema.

O que é importante, Deputado Paulo Tadeu, é que sob o ponto de vista do ajuste orçamentário o projeto foi longamente discutido. Sou 100% favorável a fazermos um grande debate sobre o assunto Carreirão. Mas é preciso haver muita responsabilidade para não criarmos novas despesas e reajustarmos outras categorias: aumentar, fazer proselitismo em relação a isso e prejudicar o projeto como um todo. É preciso aprimorar o texto, fazer alguma correção ou ajuste, o que é extremamente salutar e cabe ao Poder Legislativo fazer.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, até para que os demais Deputados tomem conhecimento, quando o Governador na manhã de hoje assinou a mensagem para vir à Câmara Legislativa, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Deputado Leonardo Prudente, nosso Presidente, e eu estávamos na reunião, e logo imediatamente combinamos que não haveria condição de fazer a votação do processo na tarde de hoje, até porque temos também o período para fazer a leitura. Há alguns pedidos, o Deputado Leonardo Prudente os tem, outros Deputados também, e nós, e não há nada demais ouvir a todos.

Mas, como bem coloca o Presidente, nós não podemos extrapolar. Há ajustes, termos que, às vezes, estão inadequados e podem ser refeitos. Tenho certeza de que a Deputada Erika Kokay vai mais uma vez colaborar, como o fez para a reunião de amanhã.

Todos devem saber que amanhã haverá uma comissão geral muito importante para tratar da mudança de um artigo da Lei Orgânica. Discutiremos o problema da escritura imediata nos programas habitacionais sociais para atender o Estatuto da Cidade, amparado também na Lei nº 8.666. Esse será o assunto de amanhã.

Eu quero também, Sr. Presidente, dizer a V.Exa. que ontem à tarde, eu e a Deputada Erika Kokay, os outros líderes não estavam mais aqui, olhamos os projetos em que já houve consenso nas reuniões que já fizemos com assessores de Parlamentares. Alguns vêm da Fazenda, eles já poderiam ser votados na tarde de hoje. Por isso, a minha sugestão é que votemos os vetos agora. São tão simples os vetos que faltam, para que pudéssemos ficar liberados. Então, daríamos prioridade aos vetos e, depois, entraríamos na pauta e incluiríamos outros processos. Os projetos que trancam a pauta por causa de vetos são 15, sendo 9 de autoria dos Deputados e outros 6 do Poder Executivo, são matérias que podemos votar rapidamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Darei prosseguimento para que possamos terminar e limpar a pauta dos vetos, e darmos início às outras votações da sessão ordinária.

Antes, porém, comunico aos amigos do Carreirão o número do projeto de lei que reajusta as tabelas de vencimentos das carreiras que menciona e dá outras providências: é o Projeto de Lei nº 1.449. Este projeto já passa a fazer parte da nossa agenda e – por sugestão não só do Deputado Paulo Tadeu, mas também de outros Deputados – na próxima semana nós podemos fazer uma comissão geral.

O projeto define as datas do reajuste. Ninguém perderá absolutamente nada devido ao projeto não ser votado hoje, amanhã, ou depois; absolutamente nada. O projeto será votado, mas nós acabamos de recebê-lo. O projeto possui várias tabelas e é preciso que os Deputados possam lê-lo. No dia de amanhã haverá uma comissão geral. Não ocorrerá, portanto, sessão ordinária, pois já temos uma agenda programada. Os Deputados devem ter um tempo para fazer a leitura do projeto, a fim de terem um entendimento sobre ele. Tenho certeza de que sugestões surgirão –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

sem nenhum prejuízo do mérito, do conteúdo do projeto – até mesmo por parte dos senhores que terão a oportunidade de tomar conhecimento.

Eu pergunto às pessoas que se encontram na galeria: quantos leram o projeto na íntegra? (Pausa.)

Dois ou três. É importante que vocês também leiam o projeto. Nós disponibilizaremos esse projeto para vocês. Muitos projetos aqui que foram votados no calor da emoção trouxeram prejuízos a algumas pessoas. Nós não queremos que ninguém do Carreirão seja prejudicado pela falta de maior esclarecimento num determinado parágrafo, de uma palavra ou de uma vírgula mal colocada. É preciso que haja compreensão. O fato de votarmos hoje, ou na semana que vem, não trará nenhum prejuízo porque o projeto já é claro. Todos seus efeitos financeiros começam a partir de 1º de outubro. Todos os efeitos financeiros começam a partir de 1º de outubro!

Iremos analisar com os Deputados, inclusive convidaremos os senhores para a realização de uma comissão geral ou audiência pública. Estamos decidindo a data e ainda hoje anunciaremos qual dia será agendado para este fim. Logo em seguida, votaremos o primeiro e segundo turno do projeto.

Comunico e informo aos integrantes da categoria que anunciaremos o cronograma ainda hoje, no final da tarde, elaborado pelo Colégio de Líderes. Não cabe a minha pessoa decidir a data de votação deste projeto. Eu já o coloquei em caráter de prioridade. Estou pedindo à Assessoria de Plenário que o inclua na Ordem do Dia. Porém, é importante que os Líderes deliberem sobre um cronograma para a sua tramitação e, assim, poderemos informar aos senhores o dia do primeiro turno, do segundo turno e da redação final.

Portanto, Deputado Paulo Tadeu, acato o seu pedido.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero em nome da liderança do PT reafirmar o nosso apoio a toda e qualquer iniciativa que venha no sentido da valorização do servidor público.

Aliás, hoje é o dia do servidor público. E quero parabenizar o Governador por enviar a esta Casa a proposta que permitirá aos servidores do chamado Carreirão – que muitas vezes se sentem discriminados em relação a outras categorias – essa oportunidade ímpar, Deputado Leonardo Prudente, de aprovarmos uma matéria que irá melhorar a vida desses servidores. Não faremos, como V.Exa. disse anteriormente, nenhum tipo de ação irresponsável ou demagógica. Mas queremos que esse debate seja democratizado, que seja aprovado em regime de urgência – essa matéria tem de ser aprovada em regime de urgência. Até sugiro que, quando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

marcamos o dia, votemos o projeto em primeiro e segundo turnos no mesmo dia, com a redação final, mas com todos os servidores conscientes do que estamos aprovando, de maneira democrática, enfim.

Então, eu quero me somar, neste momento, primeiro aos servidores públicos, segundo ao nosso objetivo. O único objetivo nosso é que esse projeto que chega agora a esta Casa, enviado pelo Governador, seja aprovado de maneira unânime, portanto pelos 24 Parlamentares, sempre com o objetivo de valorização do servidor público do Distrito Federal.

Meus parabéns aos servidores! Vamos democratizar esse debate para que possamos fazer ajustes sempre no sentido de melhorar a vida dos nossos servidores. É esse o nosso objetivo, e o único objetivo com relação a esse debate. Proponho que, na próxima quinta-feira, façamos uma comissão geral e aí estabeleçamos a data de votação dessa matéria já para a próxima semana, em primeiro e segundo turnos no mesmo dia, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado.

Eu vou suspender a sessão por 20 minutos, porque estamos tendo a arguição da ADASA.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava lá na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, na arguição que está sendo feita, e pedi para trazer o recado exatamente porque o Regimento Interno não permite que aconteça concomitantemente a sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Eu já tomei conhecimento disso e vou suspender a sessão.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Em relação a essa preocupação, eu cheguei aqui agora e não ouvi os discursos. Eu também fui procurado no meu gabinete e tive a oportunidade de falar com o Sr. Fábio Simão, chefe de gabinete do Governador, e ele me colocou com o Sr. Penna no telefone. Acho que seria interessante o Governo mandar aqui a sua equipe, até para que conheçamos as dúvidas.

Os servidores estão angustiados, eles não estão sabendo. Uns estão achando que vão ter perda salarial, outros estão achando que a situação vai ficar igual e que não vai haver aumento nenhum, e tenho certeza de que não é isso que o Governador quer ao assinar esse projeto. No entendimento de S.Exa., foi dito que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

haveria um ganho muito grande para os servidores, e nós desta Casa podemos construir esse consenso.

Por isso, peço à Líder do Governo que S.Exa. peça que venha alguém da SEPLAN, ou a própria Sra. Jozélia, para que efetivamente possa nos ajudar nesse entendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Deputado Rôney Nemer não estava, mas nós já comunicamos a eles, Deputado, que haverá uma comissão geral para podermos fazer uma avaliação com a presença do Governo e de todos, e isso já foi deliberado antes da intervenção de V. Exa.

Deputado Dr. Charles, eu preciso suspender a sessão e peço a compreensão dos Deputados para poder suspendê-la, a não ser que haja um fato relevante que preceda a suspensão.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante 20 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h53min, a sessão é reaberta às 16h21min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Democrático Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos que nos acompanham nesta sessão. Sejam todos bem-vindos! Esta é, sem dúvida, a Casa do povo. Quando temos as galerias lotadas, sempre nos motivamos a debater com a sociedade para encontrar a alternativa que interessa aos trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Federal.

Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de parabenizar o Deputado Reguffe e agradecer a S.Exa. e a toda sua equipe. S.Exa. tem uma assessoria brilhante. Falo isso do fundo do meu coração. O Deputado Reguffe, desde o início do seu mandato, é um dos Parlamentares mais coerentes, mais firmes e convictos do seu papel aqui na Câmara Legislativa. Sinto-me lisonjeado, Deputado Reguffe, quando tenho a alegria e a oportunidade de, junto com V.Exa., desempenhar alguma atividade de interesse da população de Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Sr. Presidente, hoje de manhã, nós estivemos averiguando a denúncia que fizemos ontem com relação à cobrança do estacionamento do ParkShopping, um dos *shoppings* mais movimentados do Distrito Federal. Qual não foi a nossa sorte, quando nós percebemos, Deputado Rôney Nemer, que o *shopping*, não só teve a infeliz ideia de cobrar o estacionamento em uma área que eu, inclusive, questiono. Eu duvido, Deputado Reguffe, Deputada Erika Kokay, que toda aquela área seja, de fato, propriedade do ParkShopping; mas, ainda que fosse, é infeliz a cobrança! Mais do que infeliz, nós descobrimos, hoje, que é irregular, totalmente irregular a cobrança feita pelo estacionamento do ParkShopping. É irregular, primeiro, porque não dá orientação ao cidadão de que existem vagas públicas. O cidadão chega ao *shopping* e passa pela cancela porque não sabe que, mais à frente, ele pode estacionar gratuitamente. Na área pública, Deputado Paulo Tadeu, não tem vaga para deficiente físico, não tem vaga para idoso, não tem vaga para taxista. Pior, parte da área pública está sendo ocupada pelo Valet Park, que é uma cobrança por manobrista.

A cobrança que está sendo feita no estacionamento do ParkShopping, de 5 reais por 4 horas, e de 1 real por hora excedente, não é feita seguindo o princípio da proporcionalidade. É uma cobrança feita em fração. Você entra no estacionamento, e pasmem! O estacionamento está usando uma área pública pagando um determinado valor, Deputado Rôney Nemer, para a Administração do Guará, mas não é para a população, é para os lojistas. Com isso, eles conseguem vender mais vagas dentro do *shopping*. Para piorar a situação, nós pedimos o alvará de funcionamento, porque não é possível que o *shopping* tenha resolvido, de um dia para o outro, cobrar pelo estacionamento sem pedir ao menos a autorização legal do Estado. Pedimos o alvará de funcionamento. Está aqui o alvará de funcionamento: "Razão social: Multiplan Administradora de *Shopping Center* LTDA. Atividade: gestão, administração de imóveis, prestação de serviços conexos, arrendamento e exploração de área utilizada para estacionamento de veículos. Área privativa". Deputado Chico Leite, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, sabe quantos metros eles têm de área privativa? Doze metros quadrados! Não dá pra estacionar nem 5 motos, 2 carros! Isso é um absurdo, isso é um escândalo, isso é uma vergonha!

Nós ligamos para a AGEFIS. Deputado Rôney Nemer, eu queria pedir o apoio de V.Exa., que é fiscal de carreira e tem um respeito muito grande daquela entidade. Tinha que ser interdita hoje a cobrança do ParkShopping! É uma cobrança indevida, sem alvará de funcionamento, utilizando área pública para ter lucro fácil! Eu queria pedir que V.Exa. nos ajudasse.

Eu quero aqui dizer que o Deputado Reguffe levantou uma série de informações – darei oportunidade a S.Exa. para que as exponha – sobre as irregularidades na utilização de área pública que o ParkShopping está cometendo. Eu quero me deter única e exclusivamente a estas questões do alvará de funcionamento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

e da cobrança indevida, indecente e inescrupulosa do ParkShopping em relação àquele estacionamento. É uma vergonha!

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, um dos problemas graves que enfrentamos é que a Comissão de Defesa do Consumidor não tem poder de polícia. Certamente o dirigente da AGEFIS nos está escutando agora. Ele poderia enviar, neste momento, uma equipe para proceder à fiscalização, como o Governo já fez em outras áreas sobre as quais havia debate, como nos bares e restaurantes, nas grades do Cruzeiro – sobre as quais tivemos que fazer um grande debate –, para o procedimento de regularização. Acho que seria o momento de, constatada a irregularidade por V.Exa., nós enviarmos – como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, eu posso fazê-lo –, um pedido ao dirigente da AGEFIS, que certamente nos está escutando e nos está vendo, para que envie fiscais para aquela área para proceder à punição em lei daquilo que for irregular.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Deputado Chico Leite, então vou solicitar a V.Exa. que nos ajude. V.Exa. é, talvez, um dos maiores defensores dos direitos do consumidor nesta cidade. É um absurdo o que nós detectamos hoje no ParkShopping!

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, eu queria só reforçar o seu pedido ao Deputado Rôney Nemer, porque S.Exa. me disse, um dia desses, que estava com um problema lá, porque teriam que notificar o Palácio do Planalto por aquela construção e que a AGEFIS iria fazê-lo. Ora, se vai fazê-lo no Palácio do Planalto, por que não aqui no ParkShopping? Tem que fazer, porque a lei de lá é a lei de cá. A mesma lei que está sendo utilizada lá deve ser utilizada aqui.

Muito obrigado.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Eu agradeço a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, eu acabei de receber do Deputado Rôney Nemer a informação de que a AGEFIS, neste momento, vai para o local com os fiscais para proceder às notificações e às repreensões de praxe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Eu agradeço a solidariedade do Deputado Chico Leite e o apoio do Deputado Rôney Nemer. Quero encerrar o meu discurso agradecendo ao Deputado Reguffe pela parceria nessa luta.

Deputado Reguffe, V.Exa. é uma referência de política correta, séria e é um defensor da população do Distrito Federal. Nós não podemos deixar de lado essa luta. Se a AGEFIS, de fato, estiver lá hoje, nós teremos que acompanhar esses fiscais e pedir a interdição imediata da cobrança daquele estacionamento e, se possível, a devolução do dinheiro das pessoas que foram cobradas hoje e pagaram indevidamente a um *shopping* que está demonstrando um desfavor à população e uma preocupação desmedida com o lucro fácil e inescrupuloso. Com isso nós não vamos compactuar.

Eu agradeço, Sr. Presidente, e tenho certeza de que nós vamos dar continuidade a essa luta. Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje, às 14h30, nós entregamos ao Presidente da Casa um projeto para que, na Administração Pública do Distrito Federal, os empregos e os cargos de jornalista só possam ser ocupados por quem detém o diploma, para que nós possamos minimizar a decisão do Supremo que desconsiderou o diploma para o exercício da profissão. Ao projeto foi anexado um abaixo-assinado de todos os profissionais de imprensa que cobrem a Câmara Legislativa.

Esse é um projeto de autoria de vários Deputados, e a minha primeira questão é que os Deputados que quiserem colocar sua assinatura e se somar a este projeto possam fazê-lo. Já está assinado pelo Presidente da Casa, que sugeriu que aprovássemos o regime de urgência para que esta Casa possa aprovar o projeto até o final do ano. O projeto diz respeito à obrigatoriedade do diploma para a contratação de empregos e cargos de jornalista na Administração do Distrito Federal.

Eu quero anunciar que está aqui conosco o Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Sr. Romário Schettino, que esteve todo o tempo acompanhando esse processo e toda a discussão, que teve no Supremo um desfecho muito ruim para a ética e para a boa informação.

Saúdo o Presidente do Sindicato e disponibilizo o projeto para que todos os Deputados possam assinar, se quiserem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, eu quero assinar. V.Exa. sabe que eu fui um dos primeiros a fazer essa defesa, aqui nesta Casa, com um discurso em alusão à decisão do Supremo, que acho que está na contramão da história.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal que está na galeria, quero primeiramente me solidarizar com cada um de vocês que está presente aqui nesta tarde e dizer que vocês têm o meu apoio nessa luta, que não é apenas de vocês. Vocês são meio, e essa luta é de toda a sociedade do Distrito Federal, que merece receber um serviço público digno e de qualidade. Para ser de qualidade, precisa também ser bem remunerado.

Quero aqui dizer ao Deputado Rogério Ulysses que fiquei muito feliz com os seus elogios e as suas referências, mas quero devolvê-los da seguinte forma: V.Exa. foi o primeiro Parlamentar nesta Casa que se preocupou com a questão dos estacionamentos pagos em *shopping centers*, apresentando um projeto que virou lei e foi embargado na Justiça, que determina que os estacionamentos pagos não podem cobrar uma tarifa cheia, mas têm que cobrar pelo que as pessoas efetivamente utilizam. Não podem cobrar a tarifa cheia, como fazem hoje.

Essa é uma preocupação correta, porque cabe a um homem público e a um legislador defender a população, e não defender interesses comerciais. V.Exa. agiu de uma forma correta e foi o precursor na discussão desse tema. V.Exa., ontem, também levantou esse tema, discutindo-o aqui no plenário desta Casa.

Hoje estive com V.Exa., Deputado Rogério Ulysses, lá no ParkShopping, fiscalizando o que aquele *shopping* está fazendo, e nós detectamos uma série de irregularidades, sobre as quais é função desta Casa Legislativa cobrar uma providência, porque a AGEFIS não pode apenas derrubar casas de pobres. Quer dizer que quando atinge o rico não vai em cima, porque é um *shopping center* que ganha dinheiro? Que alvará é esse que a Administração do Guará soltou com 12 m<sup>2</sup> de área privativa, e hoje a população está sendo cobrada para estacionar no ParkShopping, sem que nada tenha sido feito até agora?

Eu espero que a AGEFIS vá lá agora, sim, porque a informação que eu obtive é de que levarão 5 dias. Estão dando 5 dias para o *shopping*. Todo consumidor, toda a população de Brasília que for ao *shopping* deveria guardar o recibo e entrar com perdas e danos.

Há pelo menos 3 irregularidades flagrantes. Primeira irregularidade: está se utilizando uma área pública para tirar proveito comercial. Isso não é correto. Segunda: o IPTU é pago apenas pela área construída do *shopping*. Ora, se vão cobrar pelo estacionamento naquela área de fora, deveriam pagar IPTU pela área toda. A área construída é de 67 mil m<sup>2</sup> e a área toda é de 127 mil m<sup>2</sup>. Ora, vão utilizar comercialmente a área de fora e só querem pagar IPTU pela de dentro? O coitado do contribuinte tem de pagar uma carga tributária abusiva e, porque se trata de um *shopping*, de um empreendimento comercial, aí não, é protegido? Terceira: estão funcionando hoje sem alvará. Se qualquer biroscazinha funcionar sem alvará, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

AGEFIS vai lá e fecha. Agora, porque é o ParkShopping, é o rico, é o poderoso, é o que talvez financie campanhas eleitorais, pode-se cobrar estacionamento sem alvará. Isso não está correto.

O alvará, aliás, tinha que estar exposto, Sr. Presidente. Sr. Presidente, a legislação diz que o alvará tem de estar exposto. Lá, não há nenhum alvará. A pessoa entra, tem de pagar e não há nenhum alvará exposto. Segundo, o alvará é de 12 m<sup>2</sup> para a área privativa.

Deputado Rogério Ulysses, o que nós vimos lá hoje é um caso gravíssimo. Esta cidade tem que mostrar que há lei e que há de ter ordem, porque não podem simplesmente se apropriar daquilo.

Como se já não bastasse só isso, o Deputado Rogério Ulysses ainda levantou uma quarta questão: que em uma parte da área pública, que a própria administração do *shopping* reconhece como área pública, eles resolveram colocar *valet parking* com manobrista. Só pode entrar naquela área quem quiser pagar o *valet parking* com manobrista.

Então, está na hora. O Poder Legislativo moderno é cada vez menos legislador e cada vez mais fiscalizador. Até porque vai se chegar a um momento em que já existirão leis demais, não vai ser preciso fazer novas leis. Vai ser preciso que sejam cumpridas as que existem. Então, uma das funções precípuas de um Poder Legislativo é a fiscalização da qualidade do serviço público, do gasto do dinheiro do contribuinte e da regulação da vida na cidade.

O ParkShopping não pode se apropriar de algo que é público e tirar um proveito comercial. Não pode, Sr. Presidente! Absolutamente, não pode! Cabe a esta Casa cobrar a sua providência. Esta Casa vai ganhar o respeito da sociedade quando a defender.

Então, eu e o Deputado Rogério Ulysses voltaremos para lá, esperando que a AGEFIS interdite essa cobrança no estacionamento ainda na tarde de hoje, porque essa cobrança é irregular. Espero que a AGEFIS faça isso ainda na tarde de hoje. Irei para lá com o Deputado Rogério Ulysses. Espero que a AGEFIS faça ainda na tarde de hoje essa interdição. Também espero que se vote esse projeto dos servidores ainda nesta tarde de hoje.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu só queria dizer ao Deputado Reguffe que, como sou oriundo da categoria, a fiscalização não fiscaliza mediante condição social, até porque há 4 meses, mais ou menos, a fiscalização do DF interditou várias áreas de *shoppings*, várias lojas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

A AGEFIS já foi avisada. Agora mesmo eu falei com o gerente da área e ele disse que a equipe já está lá no local. Mas nós temos normas a serem seguidas, que servem tanto para a pessoa humilde quanto para a pessoa mais rica. Nós temos normas, prazos. Quando é uma situação de risco, nós temos que interditar imediatamente, como fizemos em várias lojas de *shoppings*, mas, no caso do estacionamento que está sendo cobrado com uma autorização da Administração Regional, o que nós vamos verificar é se eles estão cumprindo ou não com o tamanho da área autorizada pela administração regional.

Se não estiver cumprindo, tem que ser dado um prazo de 5 dias para regularizar a situação junto à administração. O nosso regimento diz que deve ser assim. Se fosse uma questão de risco de vida, por exemplo, se fosse em um lugar onde houvesse venda ilegal de bujão de gás, de acordo com a lei que orienta a fiscalização, teríamos que agir imediatamente. Em boates, em bares, em situações de risco, em casos de pedofilia, em casos de aliciamento de menores com drogas, em casos que envolvem perímetro escolar, em todos esses casos, de acordo com a nossa cartilha, que é feita com base na lei, temos que agir imediatamente.

No caso desse estacionamento, temos que cobrar. Agora, temos que cobrar também do Estado e da administração esse alvará que foi concedido para uma parte, mas está sendo usada uma área maior. Deve-se dar um prazo para regularizar a situação. Já foi combinado com a Agência de Fiscalização. Liguei para o Gabinete do Sr. Governador e a orientação é a seguinte: hoje já estão sendo notificados para que possamos, até o início da semana, ter o levantamento. Efetivamente, a ação da fiscalização será com a mesma isenção da que faz em qualquer lugar.

A fiscalização já derrubou prédios em Sobradinho. Não vejo mérito nenhum nisso. Falo até com uma certa dor no coração, porque acho que devemos construir, não derrubar. Não devemos deixar construir ilegalmente. O grande papel da fiscalização é não deixar que o ilícito aconteça, e não derrubar casa de pobre. Não devemos deixar que a invasão aconteça. A nossa máxima era: não deixar o ambulante entrar. "Vamos chegar às 5h da manhã". Só que nós, fiscais, somos um número limitado, há muito tempo não há concurso, não tínhamos apoio, agora temos uma parte de apoio.

O Deputado Rogério Ulysses já tinha me dito – ouvi o discurso de S.Exa. Efetivamente, quero deixar bem claro que pode ter havido um equívoco, mas a fiscalização nunca se pauta em fiscalizar humilde, privilegiando a pessoa mais abastada. Muito pelo contrário: nós, fiscais, trabalhamos com respeito, com seriedade, para todos os cidadãos, seja ele de que cor for, tenha ele a crença religiosa que tiver, tenha ele o poder econômico que tiver. Nós trabalhamos para os cidadãos e cidadãs de forma indistinta.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº nº199 - Suplemento, de 04/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 97ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Trata-se do requerimento que versa sobre o Carreirão.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós fizemos um acordo agora – os Deputados e o SINDIRETA – para que a audiência pública seja realizada na quinta-feira, no dia 10, em regime de urgência. Votaremos o projeto em primeiro e segundo turnos e a redação final. No outro dia, ele será publicado. Está acordado! Portanto, quero parabenizar todos vocês, porque vai ser do jeito que vocês querem e do jeito que precisamos.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer aos servidores públicos do Carreirão e aos Deputados Dr. Charles, Leonardo Prudente, Erika Kokay, Eurides Brito, o seguinte: o Deputado Milton Barbosa sabe muito bem da luta que travamos para que o Carreirão seja valorizado. Não é de hoje que o Carreirão vem sendo discriminado em relação a outras categorias.

Já que o projeto chegou hoje e foi lido hoje, nós queremos aperfeiçoá-lo naquilo que couber à Câmara Legislativa, não queremos prejudicar, queremos ajudar.

Portanto, parabenizo o SINDIRETA, tanto na pessoa do Presidente Ibrahim, quanto na do Márcio, porque construíram um acordo em regime de urgência, juntamente com as líderes desta Casa, em especial a Deputada Erika Kokay e a Deputada Eurides Brito. Esta Casa vai conduzir toda essa discussão juntamente com os demais Deputados e servidores e vamos votar por consenso. Queremos aprovar por consenso o projeto, inclusive, em comemoração ao Dia do Servidor Público. Os servidores podem confiar porque, qualquer mudança que houver, vai ser para melhor, negociada, inclusive, com o próprio Poder Executivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Assim, parabeno o SINDIRETA e o Deputado Leonardo Prudente. Esse projeto já está em regime de urgência. Portanto, os servidores devem ter certeza de que esta Casa, naquilo que conseguir, naquilo que puder, vai melhorar esse projeto.

Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar aos servidores e servidoras que aqui estão que o projeto foi lido hoje. Nós precisamos conhecer o projeto e, ao mesmo tempo, ver que melhorias o projeto pode sofrer. Nesse sentido, nós estamos de acordo, isso é consenso nesta Casa, que vocês merecem o reajuste, porque vocês foram desconsiderados, invisibilizados por muito tempo com relação a outras categorias.

Queremos fazer o seguinte procedimento: o projeto foi lido hoje. Na quarta-feira pela manhã, a Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, e eu combinamos de conversar com os técnicos do Governo e com a representação sindical de vocês para que possamos ver a possibilidade de emendas, a possibilidade de melhorar o projeto ou não. Isso com os técnicos do Governo, com a Liderança do Governo, com a Liderança da Oposição, com os líderes em geral e a representação sindical. Na quinta-feira, pela manhã, nós faremos uma audiência pública. Quinta-feira à tarde está prevista uma comissão geral de iniciativa minha, mas já acordamos: eu começo a comissão geral mais tarde para que possamos apreciar e votar, na quinta-feira, o projeto em primeiro e segundo turnos e a redação final, para que vocês saiam na quinta-feira com o projeto aprovado.

Antes disso, temos que conhecer o projeto, ver o que vocês acham, ver se há espaço para negociar melhorias no projeto e, a partir daí, estabelecermos a votação. Podem confiar, porque esta Casa, unanimemente, está defendendo a sociedade. E defender a sociedade é defender o reajuste de vocês, que são fundamentais para a sociedade.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero reiterar as palavras do Deputado Paulo Tadeu, parabenizar o Presidente Ibrahim, parabenizar o Márcio Paiva, o Negreiros, o Dr. Marcos por esse entendimento maior e dizer a todos vocês que nós temos comprometimento com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

carreira do funcionário público do Distrito Federal, que o SINDIRETA conduz com a maior maestria possível.

Então, no dia 10, estaremos votando o projeto em primeiro e segundo turnos, na forma do acordo com o Presidente, Deputado Leonardo Prudente, que realmente sempre trabalha em favor dos trabalhadores do Distrito Federal. É assim que deve acontecer.

Muito obrigado e um abraço a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está fechada a questão, o cronograma está montado, já podemos estar celebrando junto com os senhores a aprovação desse importante projeto para Brasília.

Então, na próxima semana, nós vamos fazer o encontro dos técnicos; em seguida, a audiência pública e, depois, o processo de votação do projeto.

Eu quero fazer um comunicado a todos os Deputados. Recebi hoje na Presidência o Presidente do Sindicato dos Jornalistas, o jornalista Romário, que, acompanhado de vários jornalistas, da Deputada Erika Kokay, do Deputado Chico Leite, apresentou um projeto de lei que torna obrigatória a apresentação do diploma de curso superior em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo para o provimento dos cargos efetivos e empregos permanentes de jornalista da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

Eu queria saudar todos os jornalistas, na pessoa do jornalista Romário, e convidar todos os Deputados que desejarem assinar o projeto junto conosco, para que possamos, ainda no dia de hoje, protocolá-lo e começar a sua tramitação. Então, convido o Deputado Milton Barbosa, o Deputado Wilson Lima, o Deputado Dr. Charles, o Deputado Benício Tavares, a Deputada Eurides Brito, o Deputado Rôney Nemer e o Deputado Rogério Ulysses para subscreverem aqui, no balcão da Mesa Diretora, o projeto de lei a fim de que possamos protocolá-lo imediatamente, e darmos início à sua tramitação. Vamos fazer, também, o requerimento de urgência para colocá-lo em regime de urgência.

Pelo avançar da hora, considerando que tivemos de suspender a sessão para terminar a oitava da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, apelo aos Deputados no sentido de que possamos entrar na Ordem do Dia e fazer os comunicados no Grande Expediente. Então, eu gostaria de fazer o acordo de dispensarmos os Comunicados de Parlamentares e fazermos apenas os Comunicados de Líderes. Assim, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Milton Barbosa fariam nos Comunicados de Líderes.

(Intervenções fora do microfone.)

Então, vamos cancelar os Comunicados de Líderes e iniciar os Comunicados de Parlamentares com a Deputada Erika Kokay, pode ser?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Dessa forma, encerramos os Comunicados de Líderes e damos início aos Comunicados de Parlamentares.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje foi encerrada a greve dos servidores da Saúde. Existe a proposta de incorporação da Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa – GATA, cujo parcelamento se dará num período maior do que o dos médicos. Mas há uma expectativa, inclusive da própria categoria, de que esta Casa possa buscar, em um esforço último de negociação, a redução desse período. Foi encerrada hoje a greve, com a incorporação da gratificação.

Eu diria que a greve de ontem paralisou as unidades de saúde. É uma prova inconteste de que saúde é feita por vários profissionais de nível básico, médio e superior e de que médicos sozinhos, por mais qualidade que tenham e por mais valorosa que seja a sua função, não conseguem fazer a Saúde funcionar. A paralisação de ontem mostrou a força dessa categoria, que muitas vezes não é reconhecida.

Quanto à denúncia feita aqui, tantas vezes, por vários Parlamentares, sobre a mudança de lotação de 2 conselheiros de saúde, servidores da Secretaria de Saúde, quero dizer que tal mudança foi revertida. No dia de hoje, esses trabalhadores já estão lotados em um grupo de trabalho fundamental para se pensar a saúde, neste caso a saúde do próprio servidor. Cuidar de quem cuida. Cuidar dos cuidadores. Cuidar dos profissionais.

Portanto, eu diria, Sr. Presidente, que esta Casa deve receber – espero que o mais breve possível – o projeto de incorporação da GATA, da gratificação dos servidores de nível médio e básico da Saúde, para que se possa valer ou consolidar o acordo que originou o final da greve. Achemos, sem nenhuma dúvida, que os servidores fazem o impossível para que a Saúde funcione nas condições em que está. E digo isso porque nada substitui o compromisso do servidor de carreira com a própria população. Nada pode substituir o serviço público.

Lembro muitas vezes que foi dito que o novo modelo de gestão do Hospital de Santa Maria revolucionaria o Programa Atenção à Saúde e representaria um salto de qualidade. Eu me surpreendi – já falei isso aqui – ao estar no centro cirúrgico do Hospital de Santa Maria, que já recebeu por volta de 25 milhões em poucos meses, e não funciona em nem 15% da sua capacidade. Ali escutei uma chefia dizer que não tinha importância se ali se realizavam apenas cirurgias de pequeno porte, porque os médicos iriam aprendendo, para estarem treinados quando o hospital tivesse condições de efetuar cirurgias de grande porte. Aquilo me assustou sobremaneira, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

olhando hoje os jornais, entendo por quê. Naquele hospital uma pessoa foi operada do ouvido direito quando deveria ter sido operada do ouvido esquerdo. E mesmo assim, a cirurgia que foi feita no ouvido que carregava a patologia não teve êxito.

Eu me pergunto se esse é o modelo de gestão que se quer para o Distrito Federal. Médicos cuja própria chefia diz que tem que começar treinando cirurgia de pequeno porte. Ali, no Hospital de Santa Maria, só se realizam cirurgias de pequeno porte porque não há leitos de enfermaria, há apenas leitos de UTI quarteirizados, e o Estado pagando 33 milhões por eles. Está na hora de a Secretaria de Saúde rever o modelo de Santa Maria porque, além de todos os indícios graves de irregularidades – a empresa que ali está responde por uma série de processos –, o hospital tem por volta de 15% de sua capacidade funcionando, não chega a 20%. Ele já recebeu quase o dobro do recurso que toda a rede de saúde recebeu para investimento.

Portanto, eu diria que se vamos apostar em uma saúde de qualidade, temos que apostar em um modelo que assegure a inclusão como nunca antes vista neste país. Por isso eu diria que chega. Chega de contratar ambulância sem que ninguém saiba, sem licitação, por meio de contratação terceirizada. Chega de tentar de toda forma terceirizar e entregar a farmácia central para uma empresa armazenadora de grãos. Chega de entregar um hospital de primeira geração para uma instituição que responde em vários fóruns por irregularidades. Chega de tratar saúde desta forma. Saúde é coisa séria. Chega de descaso!

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº nº199 - Suplemento, de 04/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 97ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, brincadeiras à parte, nós vimos aqui o embate, as discussões sobre o projeto de lei que o Governo mandou para cá para alterar a remuneração e os vencimentos das carreiras que menciona. No entanto, nós só nos referimos aqui ao Carreirão. Carreirão para cá, Carreirão para lá. O que é o Carreirão? É uma denominação que a gente deve explicitar.

Eu vejo aqui que o projeto prevê reajuste de tabelas de vencimento das carreiras Apoio às Atividades Jurídicas do Distrito Federal, Atividades em Transporte Urbano do Distrito Federal, Atividades do Hemocentro do Distrito Federal, Administração Pública do Distrito Federal, Assistência Social, Procurador e Procurador



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

de Assistência Judiciária do Distrito Federal, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, e a modificação da gratificação de titulação.

Esse é o projeto que o Governador mandou para cá, corrigindo injustiças, sobremaneira daqueles integrantes da carreira Administração Pública, que não teve nenhuma alteração de remuneração nos últimos 4 anos.

Ouvi a Deputada Erika Kokay comentar sobre o fim da greve na Saúde, que veio em boa hora, porque quem sofre é realmente o paciente que depende do hospital público. Deputada Erika Kokay, temos esperança de que, com o fim da greve e com a aprovação do projeto de revisão salarial dessas categorias importantíssimas na área de Saúde, seja normalizado o atendimento e que se faça a prática de medicina como o Deputado Dr. Charles está fazendo lá no Hospital de Taguatinga: com a realização de mutirões e a contratação daqueles que realmente têm compromisso com a instituição, para atender a população.

A esperança, com o final da greve, é esta: o atendimento ao cidadão que depende de hospital público. E que não deparemos mais com aquelas cenas que os programas televisivos mostram: pacientes indignados ora com a falta de medicamentos, ora com a falta de atendimento e, ali ou acolá, com falta de compreensão, que é natural no relacionamento humano.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Dr. Charles, esta Presidência informa que não há possibilidade de aparte nos Comunicados de Parlamentares. Então, logo após o Deputado Milton Barbosa encerrar o seu pronunciamento, V.Exa. será o primeiro a se pronunciar.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Estou terminando, Sr. Presidente. Amanhã, falarei sobre outro tema que acredito ter apoio esmagador da Câmara dos Deputados. Trata-se do projeto de lei que propõe alteração na Lei Orgânica, apresentado na semana passada, e disciplina ou coloca no tempo certo o julgamento de contas de ex-Governadores. Surpreendentemente, com quem eu falei, o apoio era de 100%. Depois vou dizer quantos Deputados assinaram e as respectivas razões de quem não assinou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Milton Barbosa é sempre muito cioso e eu agradeço a V.Exa. as intervenções na área da Saúde Pública do Distrito Federal. Quero lembrar que hoje



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

houve um acordo que muito nos agradou: o sindicato do nível médio pôde fazer um acordo com o Governo que atendeu à categoria. Isso muito nos alegra.

Quero saudá-los e parabenizá-los, bem como ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e espero realmente que, com a incorporação da GATA, esse dinheiro não seja mais um penduricalho salarial e que eles possam incorporá-lo à aposentadoria. Que eles possam realmente se sentir satisfeitos, obviamente sempre lutando por melhores salários, melhores condições de trabalho, para fazerem uma saúde pública de qualidade e com dignidade.

É isso que desejo a todos eles. Muita sorte e sucesso!

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O próximo inscrito para fazer uso da palavra é o Deputado Reguffe. Antes, porém, peço aos Deputados que sejam breves. Se S.Exas. puderem deixar para fazer o Comunicado de Parlamentares...

Consulto o Plenário se podemos encerrar os Comunicados de Parlamentares, tendo em vista que a Deputada Erika Kokay já se pronunciou, bem como o Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Com a anuência do Plenário, damos por encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, houve uma negociação prévia acerca da pauta, no dia de ontem. Eu gostaria que a Líder do Governo pudesse explicitar os projetos que podemos apreciar no dia de hoje. Alguns exigem *quorum* qualificado, 16 Parlamentares, e talvez não o tenhamos.

Digo – aproveito a presença da Líder do Governo e de V.Exa., Presidente desta Casa – que é importante que o projeto de incorporação da gratificação dos servidores da Saúde chegue o mais rápido possível. Ele é diferente do projeto dos médicos, porque a gratificação será incorporada até 2014 e a dos médicos, até 2011. Precisamos analisar a possibilidade de melhorar esse projeto nesta Casa e trabalhar para que ele venha o mais rápido possível, a fim de que possamos aprová-lo. Se possível, devemos tentar aproximá-lo ou igualá-lo ao próprio projeto dos médicos. Até porque o que foi decidido na assembleia foi que seria suspenso o movimento e que os servidores viriam em massa para cá, a fim de tentar melhorar o projeto aqui.

Era isso o que eu tinha a dizer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Reguffe a compreensão. Quero apenas listar os projetos que foram alvo de consenso na reunião de técnicos.

Na semana passada, Sr. Presidente, Sr. Secretário, houve reunião técnica para vermos quais projetos poderíamos analisar em regime de consenso. Portanto, não há mais como discutir com lideranças, porque todos os 24 Parlamentares foram convidados. Tenho a convocação para a reunião técnica, que foi feita em todos os gabinetes e a relação dos que mandaram os seus assessores. O resultado da reunião foi o consenso para a votação dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 122, de 2009; Projeto de Lei nº 1.188, de 2009; Projeto de Lei nº 1.348, de 2009; Projeto de Lei nº 1.282, de 2009; Projeto de Lei nº 1.413, de 2009; Projeto de Lei nº 1.391, de 2009; Projeto de Lei nº 1.186, de 2009, e Projeto de Lei nº 1.279, de 2009.

Não houve consenso para a votação dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.365, de 2009, e Projeto de Lei nº 1.299, de 2009.

Podemos votar rapidamente os projetos sobre os quais há consenso. Há um interesse muito grande pelo projeto que está abrigado na Lei de Reciprocidade de Relações Internacionais.

(Intervenção fora do microfone.)

Há consenso para o Projeto de Lei nº 1.113, de 2008. O DETRAN está nos cobrando, porque os países que não têm a reciprocidade não estão dando... Tanto o Itamaraty está sofrendo no exterior, como os países estrangeiros que nos dão a reciprocidade e não a têm aqui. Logo, ela não existe.

Há consenso, portanto, nesses. Os outros, só com desobstrução ou depois de fazermos a (inaudível) geral.

Finalmente, houve consenso também quanto ao crédito à Lei Orçamentária Anual, que é de R\$ 2.140.000,00 (dois milhões cento e quarenta mil reais), para as Polícia Militar e Civil.

(Intervenção fora do microfone.)

Sim, mas com as emendas que serão apresentadas em plenário. E acertamos que aproveitaremos este para... Aquele Deputado que não teve a chance, na semana retrasada, de apresentar sua emenda para ele mesmo entraria neste processo. Então, podemos votar esse processo também. Pode ser colocado o Projeto de Lei nº 1.298, de 2009, também, que é o Item nº 37 da pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Só um minuto, Deputada, deixe-me tomar nota. O primeiro item é o item... Na sessão, Deputada Eurides Brito, só uma questão. Foi feita uma questão de ordem de V.Exa., nós a acatamos e concordamos que começaríamos pelo Item nº 1 da pauta, para limpar os vetos. Mudou isso?

DEPUTADA EURIDES BRITO – O Dr. Itamar já anotou. Mudou, Sr. Presidente, porque começa com projetos que só podem ser votados se houver desobstrução.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Mas não poderíamos desobstruir essa pauta, aproveitando que os Deputados estão aqui, e começarmos a votar os vetos?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Só que, se for por aquilo que os Deputados já me disseram, se formos para os vetos agora, a essa hora, já são 17h15min, nós não faremos nem uma coisa, nem outra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não tem problema, a Liderança de Governo sabe quais são as prioridades do Governo.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Então, nesses que tiveram consenso, nós os resolveremos rapidamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeito. É o Item nº 39?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Trata-se dos Itens nºs 37 e 35.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – E depois, Deputada?

DEPUTADA EURIDES BRITO – O Item nº 37 trata do crédito da Polícia Civil e da Polícia Militar e vai abrigar as emendas dos Parlamentares, que vêm trocando emenda para ele mesmo. E a respeito do resto, também pedi ontem a inclusão na pauta, houve consenso para incluí-lo, autorizando a cessão do uso de imóvel do Distrito Federal para a Força Nacional, aquele do Gama. Fizemos consenso. Peço a confirmação da assessoria do PT de que fizemos o consenso, o da Força Nacional, no dia de ontem. É o Projeto de Lei nº 1.341, de 2009. Trata-se do Item nº 36.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Item nº 36.

DEPUTADA EURIDES BRITO – E depois começam os projetos dos assuntos fazendários, porque somente para dois projetos não há consenso.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeito. Então, trata-se dos Itens nºs 35, 36 e 37. Esses já estariam prontos para começar a votação, não é isso?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deixe-me fazer uma consulta. Eu não estou com o número do item, mas se trata do Projeto de Lei Complementar nº 109, que dispõe sobre a destinação de áreas para as televisões. Hoje, o Deputado Chico Leite, inclusive, esteve junto comigo discutindo esse projeto com os representantes das televisões. Foi feita toda uma explanação em cima da perspectiva de geração de emprego, de tecnologia aplicada. Não houve consenso?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ia haver consenso, mas nós não discutimos para o consenso.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeito. Então fica para a próxima semana a votação do Projeto de Lei Complementar nº 109.

DEPUTADA EURIDES BRITO – E a desobstrução, que para mim é prioritária.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – E a desobstrução para a próxima terça-feira.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Na terça-feira, nós começaríamos, Sr. Presidente, se V. Exa. aceitar uma sugestão, desobstruindo a pauta, que vai ser uma tarefa bem mais fácil do que a do PDOT. Vai ser uma tarefa bem mais fácil.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.

DEPUTADA EURIDES BRITO – E hoje votaríamos esses que já estão com consenso.

O Item nº 35 é o de interesse do Ministério das Relações Exteriores e do nosso Detran, que “isenta do pagamento da taxa de licenciamento anual de veículos os veículos automotores de propriedade de missões diplomáticas ou de seus funcionários”. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.113, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu só queria, antes de colocar o projeto em votação, solicitar ao Deputado Wilson Lima que faça a chamada nominal dos Deputados, pois há necessidade de *quorum* qualificado. São necessários 16 votos para a votação deste projeto.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	24



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES	X		
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS – PP	X		
BENÍCIO TAVARES – PMDB	X		
BISPO RENATO – PR			
BRUNELLI – PSC	X		
CABO PATRÍCIO – PT			
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X		
CHICO LEITE – PT			
CRISTIANO ARAÚJO – PTB			
DOUTOR CHARLES – PTB	X		
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
GERALDO NAVES – DEM	X		
JAQUELINE RORIZ – PMN			
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO TADEU – PT			
RAAD MASSOUH – DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE – PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES – PSB			
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X		
TOTAL	17		

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu irei agora, juntamente com o Deputado Rogério Ulysses, ao ParkShopping defender a interdição imediata da cobrança do estacionamento no ParkShopping. Isso que estão fazendo lá é um absurdo.

A Administração do Guará deu um alvará com 12 metros quadrados de área privativa para o estacionamento funcionar. Foram 12 metros quadrados. Não é nem uma vaga, quanto mais aquela área toda. E eles ainda estão se utilizando de uma parte daquela área, que é pública, para tirar proveito comercial. Isso não é correto, e cabe ao Governo do Distrito Federal tomar uma providência efetiva com relação a isso.

Então, eu estou indo até lá, juntamente com o Deputado Rogério Ulysses, porque não é possível que a AGEFIS só vá em cima de casa de pobre. Eu acho que esta cidade precisa ter lei, precisa ter ordem. Isso vale tanto para pobre, quanto para rico.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também vou me retirar. Quero dizer que também vou fazer um requerimento para buscar esses documentos. Se for a afirmação do que o Deputado Reguffe está dizendo aqui, isso é um crime de improbidade administrativa. E crime de improbidade administrativa, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, precisa ser aberta imediatamente a apuração desses fatos.

Portanto, eu, como membro do Poder Legislativo, também quero me somar a essa questão e também buscar essas informações no conteúdo que foi colocado pelo Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só vou entregar a esta Casa a cópia do alvará em que constam os 12 metros quadrados que eu citei, com a assinatura da Administração do Guará. Porque, maior prova do que isso, eu acho que não tem. No mínimo, há um engano grave. Então, vou deixar esse documento aqui com V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Eu vou pedir ao Deputado Wilson Lima que faça a leitura do Item nº 1, apenas uma questão formal. Os planos de cargos e salários da Câmara Legislativa já foram votados. É um projeto em que há consenso para se manter o veto. No processo de votação, identificaremos a quantidade de Parlamentares que há em plenário. Apreciaremos o Item nº 1. A Presidência fará o encaminhamento, porque se trata de assunto desta Casa.

Há um comunicado, dos Deputados Milton Barbosa e Raimundo Ribeiro, que informa a saída nesta data do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) do Bloco Social Trabalhista.

Faço um apelo ao Deputado Cristiano Araújo e à equipe da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. A maioria dos projetos que tramitam na CEOF e estão na Ordem do Dia não estão na Assessoria de Plenário. Assim, apelo à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que encaminhe ao plenário os projetos da área econômica que estão na Ordem do Dia.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, este acordo foi feito ontem com o Deputado Cristiano Araújo. S.Exa, pessoalmente, me avisou que estava com todos os projetos prontos para entrar em votação e que eles estavam aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu pedirei ao técnico da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que veja isso.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na eventual ausência do Deputado Cristiano Araújo, eu – como Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – posso fazer o relato dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Mas os projetos não estão aqui, Deputada.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Ele me assegurou ontem que tinham vindo para cá.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Enquanto checam os projetos, passaremos à Ordem do Dia.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.084, de 2008, de autoria de vários Deputados, que “dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos cargos efetivos e da remuneração dos cargos em comissão do quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Como se trata de um projeto da Mesa Diretora, com a anuência dos Deputados, farei o encaminhamento pela manutenção do veto.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 1084 / 2008 (VETO)  
Fis. nº 27

RELATÓRIO DE VETO Nº DE

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL aposto ao Projeto de Lei nº 1084/2008 que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos cargos efetivos e da remuneração dos cargos em comissão do quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

RELATOR: Deputado *Dr. Charles*  
~~Rogério Ulysses~~

I - RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 446/2008-GAG, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa que, **após veto total**, ao Projeto de Lei nº 1084/2008, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto de Lei em questão, de autoria de vários Deputados, versa sobre a revisão geral dos vencimentos dos cargos efetivos e da remuneração dos cargos em comissão do quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL n.º 1084 / 2008 (Veto)  
Fls. n.º 28

Para os autores, a aprovação do presente Projeto de Lei atende a reivindicação dos servidores da Casa no tocante à correção de vencimentos, uma vez que o último reajuste concedido ocorreu em junho de 2006. Argumentam ainda, que no período de junho de 2006 a agosto de 2008, os índices de inflação medidos pelo IPCA, INPC, IGP-DI e IGP-M, somados e mediados atingiram um patamar de 15.92%, o que configura uma redução significativa no poder aquisitivo do pessoal da Casa.

O Projeto foi analisado e aprovado por esta Câmara em primeiro e segundo turnos acrescido de uma emenda aditiva de plenário, de autoria, do Deputado Reguffe, que acrescenta ao texto um Artigo estabelecendo que tal reajuste não será extensivo aos Cargos de Comissão dos gabinetes parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Tal emenda foi rejeitada pelo plenário.

O Projeto de Lei 1084/2008 sofreu **veto total** do Governador do Distrito Federal.

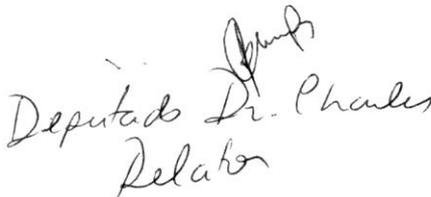
Ao expor as razões do veto, o Governador do Distrito Federal destaca os louváveis propósitos dos autores, porém, no exame feito ao Projeto, identificou-se a existência de vícios de inconstitucionalidade formal, uma vez que a matéria nele versada insere-se dentre aquelas cuja iniciativa para deflagrar o respectivo projeto legislativo é de competência privativa do Chefe do Executivo local, nos termos do disposto no art. 71, § 1º, inciso IV e no art. 100, inciso VI, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São Essas as informações que reputamos necessárias à apreciação do **veto total** aposto ao Projeto de Lei nº 1084, de 2008.

Sala das Sessões, em

2009.

  
Deputado Rogério Ulysses  
Presidente

  
Deputado Dr. Charles  
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 29/10/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): 1094/08

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): Dr Charles

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR				X	
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB				X	
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT				X	
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM				X	
	JAQUELINE RORIZ – PMN				X	
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT				X	
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	14			10	

ASSP SECRETÁRIO DEP. DR CHARLES ASSP Nº 1 Fls. °

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há 14 Deputados presentes, esse foi o *quorum* da votação.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Item nº 33:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.186, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre os depósitos extrajudiciais de tributos e contribuições de competência do Distrito Federal”.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.186, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre os depósitos extrajudiciais de tributos e contribuições de competência do Distrito Federal”.

Quero dizer que, antes de ser encaminhado a este Plenário, este é um dos processos que entrou numa lista que foi discutida com a assessoria de todos os Deputados, e houve consenso para aprovação.

Portanto, no âmbito desta Comissão, encaminhamos pela aprovação do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de lei nº 1.186, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre os depósitos extrajudiciais de tributos e contribuições de competência do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o nosso parecer é pela admissibilidade, assim como o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 24:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 122, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a sistemática de pagamento em cotas do ICMS incidente sobre operação de importação de bens destinados a integrar o ativo imobilizado do importador, na forma e condições que especifica”.

Esta Presidência gostaria de lembrar à Deputada Eurides Brito que o Item nº 24 necessita de 16 votos. (Pausa.)

Deputada Eurides Brito, passaremos ao próximo item.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Item nº 36:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.341, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a cessão de uso de imóvel do Distrito Federal que especifica para a União”.

Designo o Deputado Batista das Cooperativas para emitir parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

Peço ao Deputado Batista das Cooperativas que solicite da Comissão de Assuntos Fundiários a vinda do Projeto de Lei nº 1.341 ao plenário. Enquanto isso, passaremos à apreciação do próximo item, relativo um veto já prejudicado, a qual seria pela manutenção.

Item nº 2:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.212, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Ao mesmo tempo, consulto o Plenário se podemos apreciar o veto às duas emendas. (Pausa.)

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete do Deputado Rogério Ulysses

**RELATÓRIO nº        de 2009**  
**(Do Sr. Deputado Rogério Ulysses)**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 1212, DE 2009, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento, convertido na Lei nº 4.325/2009.**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**  
**RELATOR: DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES**

## **I - INTRODUÇÃO**

O Governador do Distrito Federal, por meio da MENSAGEM nº 108/2009, opôs veto parcial ao Projeto de Lei nº 1212/2009, convertido na Lei nº 4.325/2009, nos termos dos § 1º e 2º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, “*in verbis*”:

Art. 74. Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, será ele enviado ao Governador que, aquiescendo, o sancionará e promulgará.

§ 1º Se o Governador do Distrito Federal considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, os motivos do veto ao Presidente da Câmara Legislativa.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

O referido projeto tem autoria do Poder Executivo.

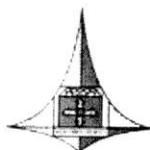
O projeto supracitado abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento. Esta, quando apreciado pelo Plenário desta Casa, foi aprovada juntamente com suas Emendas Aditivas, de nº 1 a 31.

## **II – PARECERES**

O projeto em tela, quando submetido à apreciação da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, recebeu relatoria do Dep. Cristiano Araújo e, juntamente com suas Emendas foi aprovado em Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado Rogério Ulysses**

**III – DO VETO**

O veto, produzido pelo Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, incidiu sobre duas Emendas Aditivas propostas pelos Nobres Pares desta Casa Legislativa. A primeira, de autoria do Deputado Brunelli, é a de número 05/2009. E a segunda é a de número 12/2009, confeccionada pela Deputada Jaqueline Roriz.

**IV – DOS MOTIVOS DO VETO**

Ambos os vetos foram impostos em razão de não haver disponibilidade orçamentária para que se cumpra com as propostas feitas nas duas Emendas Aditivas. No tocante à Emenda de nº 05/2009, esta não gozaria de amparo financeiro do Governo do Distrito Federal uma vez que os recursos que se destinariam a esta foram anulados para que se possa atender a Emenda de nº 13/2009. Já a Emenda nº 12/2009, não tem reservas orçamentárias uma vez que a própria unidade responsável já empenhou R\$ 149.889,00 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais), como esclarecido pela NE nº178, de 19 de maio de 2009; isto para que se atendessem despesas referentes à construção do estacionamento da Praça da QN 414.

**V – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, julgamos estarem os membros desta Casa aptos a deliberarem sobre a matéria.

Sala das Sessões,            de            de 2009.

**ROGÉRIO ULYSSES**  
Deputado Distrital – PSB/DF  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Emenda nº 12 retira recursos do projeto Cão Guia de Cegos, da Secretaria de Desenvolvimento Social, e os transfere para o Encontro Cultural Rural Itinerante.

Portanto, eu gostaria de confirmar a informação de que tanto a Emenda nº 12, que diz respeito ao projeto Cão Guia, quanto à Emenda nº 5, que altera a natureza da despesa, estão contempladas e que os recursos relativos a essas emendas já foram contemplados em emendas apostas a um crédito anterior.

Sr. Presidente, não temos nenhuma dificuldade de votar pela manutenção do veto. Entretanto, as Emendas nºs 5 e 12 foram vetadas. Mais uma vez, eu gostaria de saber se esses recursos já foram apostos a um crédito anteriormente apreciado por esta Casa. Se assim for, não temos nenhum problema em votar favoravelmente, pois há um entendimento nesta Casa de que, com exceção dos recursos que tenham a concordância do Deputado acerca do cancelamento, não vetaríamos emendas de Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, a informação que tive, e isso já faz algum tempo, é que essa questão já havia sido superada, porque a emenda já estava em outra rubrica. Eu não vejo nenhuma dificuldade na manutenção do veto, porque, se for prejudicada, no próximo crédito pode se feita a recuperação da emenda.

Esta Presidência acabou de ser informada pela assessoria de que para a mesma natureza do projeto Cão Guia, já havia uma emenda de minha autoria aprovada, havendo, portanto, duplicidade. Sendo assim, não há nenhum prejuízo à manutenção do veto à emenda.

Continua em discussão o relatório. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 28/10/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Anexos V, VI, VII e VIII. -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1213/09

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): WILSON LIMA

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR				X	
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB				X	
	DOUTOR CHARLES – PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB				X	
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT				X	
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	13			11	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA	ASSP Nº 1
		Fls.º

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu conversei com a Deputada Jaqueline Roriz, autora da emenda que foi votada. O compromisso feito pelo Presidente da Casa é que, caso essa emenda não tenha sido contemplada em outro crédito, ela será resgatada posteriormente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não há necessidade, Deputada Erika Kokay, porque ela foi posta em duplicidade. Então, a emenda está preservada. Se, por acaso, isso não acontecer, ela fica para ser resgatada em outro crédito.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu queria apenas que esse compromisso fosse reafirmado. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 123, de 2005, que foi apensado ao de nº 75, de 2009, que trata do prêmio Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Ele já está na Ordem do Dia, só preciso verificar se podemos fazer a inversão de pauta.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Há um substitutivo em mãos. Já há acordo com a Líder do Governo e com a Líder do PT para votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu gostaria de pedir à assessoria que veja qual o número do projeto para que façamos a inversão de pauta, pois ele já está na Ordem do Dia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Eu gostaria de fazer a correção do registro de votação dos vetos. Então, com 13 votos favoráveis e 11 ausências, totalizando 24 Deputados, o veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.212, de 2009, foi mantido.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – O Projeto nº 1.341 encontra-se para a relatoria do Deputado Cabo Patrício. Então, eu queria solicitar que a Mesa pedisse à assessoria do Deputado Cabo Patrício que trouxesse o projeto para cá a fim de que possamos votá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Faço um apelo à assessoria do Deputado Cabo Patrício para que mande o processo para cá. Peço também à Assessoria de Plenário que encaminhe à Presidência a relação de todos os projetos que estão na Ordem do Dia e sua localização, caso não estejam na Mesa, para que, antecipadamente, esta Presidência possa solicitá-los, sob pena de votarmos apenas as cópias, a fim de que as deliberações não fiquem prejudicadas.

São os seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 109, que está na CAF; Projeto de Resolução nº 123, no gabinete da Mesa Diretora; Projeto de Lei nº 1.113, com o Deputado Benedito Domingos; Projeto de Lei nº 1.298, de 2009, já está com a Deputada Eurides Brito, em mãos; Projeto de Lei nº 1.341, de 2009, com o Deputado Cabo Patrício, na Comissão de Assuntos Fundiários, segundo o que o Deputado Batista das Cooperativas acabou de dizer.

(Pausa.)

Convido a Deputada Eurides Brito a proferir o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.298, de 2009.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, aguarde um instante.

Convido o Deputado Raimundo Ribeiro a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 37:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.298, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 2.140.000,00 (dois milhões cento e quarenta mil reais)”.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.298, de 2009, abre crédito à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 2.140.000,00 (dois milhões cento e quarenta mil reais) destinados a programas da Polícia Militar e da Polícia Civil; isso originalmente. Ele recebeu emendas de diversos Deputados, e nós vamos agora analisá-las.

Há a Emenda Supressiva nº 1, do Deputado Leonardo Prudente e do Deputado Cristiano Araújo, no valor de R\$ 1.640.000,00 (um milhão seiscentos e quarenta mil reais), que pode ser aceita.

Há a Emenda Aditiva nº 1, da Deputada Jaqueline Roriz, no valor de R\$ 57.050,00 (cinquenta e sete mil e cinquenta reais), retirada pela própria autora e, portanto, desconsiderada. Ela está aqui, inclusive, com a assinatura da própria Deputada. Então, não levem em consideração a Emenda Aditiva nº 1.

Eu vou ser explícita em cada caso, para poder ficar registrado e não haver confusão.

A Emenda Aditiva nº 2, no valor de R\$ 57.050,00 (cinquenta e sete mil e cinquenta reais), também da Deputada Jaqueline Roriz, foi retirada pela autora segundo a rubrica de S.Exa. A Deputada assina a emenda, e depois aqui diz “retirada pela autora”, com sua rubrica. A Emenda Aditiva nº 3, da Deputada Jaqueline Roriz, no valor de R\$ 57.050,00 (cinquenta e sete mil e cinquenta reais), também foi retirada pela autora. Esta é a expressão, com a rubrica da própria Deputada. A Emenda Aditiva nº 4, também da Deputada Jaqueline Roriz, foi retirada pela autora, conforme rubrica no processo.

A Emenda Aditiva nº 5, do Deputado Wilson Lima, deve ser aceita por esta Relatora. A Emenda Aditiva nº 6, do Deputado Wilson Lima, pode ser aceita.

Desculpem minha demora, mas são várias emendas e não posso passar nenhuma página para não cometer equívocos.

A Emenda Aditiva nº 7, de autoria da Mesa, como já foi atendida, não deve ser considerada. Desconsiderar esta emenda aditiva porque já foi atendida em outro projeto.

A Emenda Aditiva nº 8, do Deputado Raimundo Ribeiro, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), foi aceita pela Relatora. A emenda nº 9, do Deputado Raimundo Ribeiro, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), foi aceita pela Relatora.

A Emenda Aditiva nº 10 é do Deputado Cristiano Araújo. Deputado Cristiano Araújo, só para entendimento meu, como é uma emenda de V.Exa., um instante, por favor. Estou sem saber se essa observação feita aqui a lápis significa que a emenda já foi aceita em outro projeto. A Emenda Aditiva nº 10, do Deputado Cristiano Araújo, foi aprovada como Emenda 24 em outro projeto? Então, ela pode ser retirada daqui? (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

A Emenda Aditiva nº 10 já foi aprovada no Projeto de Lei nº 1.339; portanto, vamos desconsiderá-la nesse projeto.

A Emenda Aditiva nº 11, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da Deputada Jaqueline Roriz, também foi aceita pela Relatora. A Emenda Supressiva nº 12, da Deputada Erika Kokay, também foi aceita pela Relatora. A Emenda Aditiva nº 13, do Deputado Wilson Lima, foi aceita. A Emenda Aditiva nº 14, do Deputado Brunelli, foi aceita. A Emenda Aditiva nº 15, do Deputado Benedito Domingos, foi aceita. A Emenda Aditiva nº 16, do Deputado Rogério Ulysses, foi aceita. A Emenda Aditiva nº 17, do Deputado Rogério Ulysses, foi aceita. A Emenda Aditiva nº 18, de minha autoria, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), enquadrando-se no processo, não há por que não ser aceita. A Emenda Aditiva nº 20, do Deputado Aylton Gomes, também no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), foi aceita pela Relatora.

Só aqui a confirmação da emenda do Deputado Cristiano Araújo. Essas do Deputado Raimundo Ribeiro têm a mesma letra. Essa letra é sua? (Pausa.)

Porque é a mesma letra do Deputado Cristiano Araújo. Então, podem-se retirar também as do Deputado Raimundo Ribeiro. Foi aprovada em outra. A mesma coisa com as emendas do Deputado Raimundo Ribeiro, que eu li. Então, peço atenção ao serviço de Taquigrafia. A Emenda nº 8 será retirada, porque já foi aprovada no Projeto de Lei 1.339. A Emenda nº 9, do Deputado Raimundo Ribeiro, também será retirada, porque já foi aprovada no Projeto de Lei 1.339 como Emenda nº 19.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, antes de V.Exa. proferir o parecer final, tem uma emenda de minha autoria de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Peço a retirada das outras emendas.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não era o que constava do processo, Sr. Presidente. Vou ter que reler, para não confundir o pessoal da Taquigrafia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Se tiver mais alguma de minha autoria, eu peço para retirar.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Então, eu vou reler, senão não há Taquigrafia que conserte isso. Depois fica ruim para mim e para os colegas aqui.

A Emenda Supressiva nº 1, do Deputado Leonardo Prudente e do Deputado Cristiano Araújo, foi aprovada. A Emenda Aditiva nº 1 foi retirada pela autora. A Emenda Aditiva nº 2 foi retirada pela autora. A Emenda Aditiva nº 3 foi retirada pela autora. A Emenda Aditiva nº 4 foi retirada pela autora. A Emenda Aditiva nº 5, do Deputado Wilson Lima, foi retirada, por já ter sido aprovada como Emenda nº 2 no PL 1.339. A Emenda Aditiva nº 6, do Deputado Wilson Lima, vou desconsiderar, porque já foi aprovada no PL 1.339 como Emenda nº 1; foi retirada, pois, desse processo. A Emenda Aditiva nº 7 era da Mesa e também foi retirada, por já ter sido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

atendida em outro projeto. A Emenda nº 8, do Deputado Raimundo Ribeiro, foi retirada, por já ter sido aprovada no PL 1.339 como Emenda nº 18. A Emenda nº 9, do Deputado Raimundo Ribeiro, também foi retirada daqui, por já ter sido aprovada no PL 1.339 como Emenda nº 19. A Emenda Aditiva nº 10, do Deputado Cristiano Araújo, foi retirada, por ter sido aprovada no PL 1.339 como Emenda nº 24.

A Emenda Aditiva nº 11, da Deputada Jaqueline Roriz, foi aprovada. A Emenda Supressiva nº 12, no valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), da bancada do PT, que a Deputada Erika Kokay assinou como Líder, foi aprovada. A Emenda Aditiva nº 13, do Deputado Wilson Lima, foi aprovada. A Emenda Aditiva nº 14, do Deputado Brunelli, foi aprovada. A Emenda Aditiva nº 15, do Deputado Benedito Domingos, foi aprovada. A Emenda Aditiva nº 16, do Deputado Rogério Ulysses, foi aprovada. A Emenda Aditiva nº 17, Deputado Rogério Ulysses, foi aprovada. A Emenda Aditiva nº 18, da Deputada Eurides Brito, foi aprovada.

A Emenda Aditiva nº 20... Não tem 19. A 20 é a 19, porque ainda... Parece que não há nenhuma restrição parlamentar para se aprovar só números pares, não é? Como não há, não podemos pular o número 19. Então, a emenda que estava com o número 20 é a Emenda nº 19, do Deputado Aylton Gomes, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), que foi aprovada.

Nunca vi parecer mais embrulhado, projeto mais embrulhado do que esse. Se fosse numa escola e não no Legislativo, devolveríamos ao aluno para ele reorganizar.

Com toda essa leitura, então, encaminho pela aprovação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Deputada Eurides Brito, aqui há um pedido do Deputado Cláudio Abrantes para a votação do Projeto de Resolução nº 123, de 2005, que está em tramitação conjunta com o Projeto de Resolução nº 75, de 2009, que será votado sob a forma de substitutivo.

Solicitarei ao Deputado Wilson Lima que faça a leitura do Item nº 64. Em seguida, encerraremos a presente sessão e convocaremos sessão extraordinária para apreciação dos projetos que votamos em primeiro turno.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº nº199 - Suplemento, de 04/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 97ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Item nº 64:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 123, de 2005, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “altera dispositivo da Resolução nº 163, de 6 de junho de 2000”, em tramitação conjunta com o Projeto de Resolução nº 75, de 2009, de autoria dos Deputados Cláudio Abrantes e Paulo Tadeu, que “institui o troféu Câmara Legislativa do DF para filmes produzidos no Distrito Federal e inscritos no Festival de Brasília do cinema brasileiro”.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 123, de 2005, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “altera dispositivo da Resolução nº 163, de 6 de junho de 2000”, em tramitação conjunta com o Projeto de Resolução nº 75, de 2009, de autoria dos Deputados Cláudio Abrantes e Paulo Tadeu, que “institui o troféu Câmara Legislativa do DF para filmes produzidos no Distrito Federal e inscritos no Festival de Brasília do cinema brasileiro”.

Sr. Presidente, foi apresentado um substitutivo.

Nosso parecer é favorável à aprovação do projeto na forma do substitutivo.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Mesa Diretora. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 123, de 2005, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “altera dispositivo da Resolução nº 163, de 6 de junho de 2000”, em tramitação conjunta com o Projeto de Resolução nº 75, de 2009, de autoria dos Deputados Cláudio Abrantes e Paulo Tadeu, que “institui o troféu Câmara Legislativa do DF para filmes produzidos no Distrito Federal e inscritos no Festival de Brasília do cinema brasileiro”.

O parecer no âmbito desta Comissão é pela admissibilidade do projeto, na forma como encaminhamos o parecer pela Mesa Diretora.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   10   2009	15h30min	97ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h14min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 204-Suplemento, de 11/11/2009.